

Dívida pública cresce em agosto

ELZA FIUZA/ABR

O Tesouro Nacional reduziu, em agosto, a emissão de títulos da dívida pública. Mesmo assim, não conseguiu impedir que o total da dívida interna continue crescendo. No mês passado, a dívida interna do governo brasileiro aumentou 1,4%. Com isso, o montante chegou a R\$ 964,55 bilhões. A alta da dívida total em agosto foi maior que a de julho, quando os débitos cresceram 1,32%.

Já a parte da dívida administrada pelo Tesouro cresceu menos. A chamada dívida pública mobiliária federal interna aumentou 0,6% no mês de agosto e soma R\$ 920,79 bilhões. O acréscimo de R\$ 5,12 bilhões em relação à dívida de julho foi menor do que os aumentos verificados nos meses anteriores.

TAXA SELIC – Segundo o Tesouro Nacional, o aumento foi causado principalmente pela incidência de juros sobre a dívida. O aumento ocorreu mesmo com o resgate líquido – quando os resgates superam as emissões – de R\$ 7,8 bilhões. Nos oito primeiros meses do ano, a dívida já subiu 13,64%, o equivalente a R\$ 110,530 bilhões.

A taxa básica de juros da economia, a Selic, remunera mais da metade dos títulos da dívida. Como os juros passaram por um processo de elevação entre setembro do ano passado e maio deste ano e agora estão em um patamar elevado – 19,5% ao ano –, isso colabora para o crescimento da dívida.

O aumento ocorreu porque



Ivan Gonçalves, do BC, e Paulo Valle, do Tesouro: aumento dos juros eleva o total de dívida

o Tesouro Nacional teve uma "postura mais conservadora", avaliou o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Paulo Valle. Ele disse que as emissões totais de títulos públicos somaram R\$ 27,9 bilhões em agosto, aí incluídas trocas equivalentes a R\$ 3,5 bilhões. Como os resgates de títulos em poder do público foram maiores, no total de R\$ 35,7 bilhões, a dívida mobiliária aumentou R\$ 7,8 bilhões. Dos resgates, R\$ 27,5 bilhões tiveram vencimento no decorrer do mês, e R\$ 8,2

bilhões foram de operações antecipadas.

A dívida pública interna foi acrescida, porém, de R\$ 43,76 bilhões das operações de mercado aberto, como revelou Ivan Gonçalves, chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto, do Banco Central.

Paulo Valle disse que do volume de títulos emitidos em agosto, com remuneração prefixada, 63,9% ficaram em poder de instituições estrangeiras. A participação do comprador nacional foi mais ex-

pressiva na compra de títulos com rentabilidade atrelada à taxa básica de juros (Selic), com aquisição de 97,5%. No geral, 61,79% dos títulos pertencem a instituições nacionais, enquanto 38,21% estão com instituições estrangeiras.

O economista do Tesouro ressaltou que o prazo médio das emissões em ofertas públicas aumentou de 25,1 meses, em julho, para 27,9 meses, em agosto, em consequência da maior participação dos títulos remunerados à taxa Selic.